



Conselho Europeu

Bruxelas, 6 de março de 2025
(OR. en)

EUCO 6/25

CO EUR 5
CONCL 2

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: Reunião extraordinária do Conselho Europeu (6 de março de 2025)
– Conclusões

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões adotadas pelo Conselho Europeu na reunião em epígrafe.

I. UCRÂNIA

1. O Conselho Europeu procedeu a uma troca de pontos de vista com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky.
2. O Conselho Europeu debateu os acontecimentos mais recentes no que diz respeito à Ucrânia. O texto constante do documento EUCO 10/25 foi firmemente apoiado por 26 chefes de Estado ou de Governo.
3. O Conselho Europeu voltará a abordar a questão na sua próxima reunião.

II. DEFESA EUROPEIA

4. Recordando a Declaração de Versalhes de março de 2022 e a Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa, o Conselho Europeu salienta que a Europa tem de se tornar mais soberana, mais responsável pela sua própria defesa e mais bem preparada para agir e para enfrentar autonomamente as ameaças e desafios imediatos e futuros com uma abordagem a 360°. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas repercussões na segurança europeia e mundial num panorama em mutação constituem um desafio existencial para a União Europeia.
5. Neste contexto, a União Europeia irá acelerar a mobilização dos instrumentos e do financiamento necessários para reforçar a segurança da União Europeia e a proteção dos nossos cidadãos. Ao fazê-lo, a União reforçará a sua prontidão global em matéria de defesa, reduzirá as suas dependências estratégicas, colmatará as suas lacunas em termos de capacidades críticas e fortalecerá a base tecnológica e industrial de defesa europeia em conformidade em toda a União, de modo a ficar em condições de melhor fornecer equipamento nas quantidades e ao ritmo acelerado necessários. Tal contribuirá igualmente para reforçar a competitividade industrial e tecnológica europeia.

6. Com base nas suas conclusões anteriores e em conformidade com as competências respectivas conferidas pelos Tratados, e à luz da recente carta da presidente da Comissão, o Conselho Europeu salienta a necessidade de se continuar a aumentar substancialmente as despesas com a segurança e a defesa da Europa, e:
- a) Congratula-se com a intenção da Comissão de recomendar ao Conselho a ativação, de forma coordenada, da cláusula de derrogação nacional prevista no Pacto de Estabilidade e Crescimento, como medida imediata, e apela à Comissão para que explore novas medidas, tendo em conta os pontos de vista do Conselho, assegurando ao mesmo tempo a sustentabilidade da dívida, a fim de facilitar a realização de despesas significativas com a defesa a nível nacional em todos os Estados-Membros;
 - b) Exorta a Comissão a propor fontes de financiamento adicionais para a defesa a nível da UE, inclusive proporcionando a todos os Estados-Membros, com base nos princípios da objetividade, da não discriminação e da igualdade de tratamento dos Estados-Membros, possibilidades e incentivos adicionais na utilização das suas atuais dotações no âmbito dos programas de financiamento da UE pertinentes, e a apresentar rapidamente propostas nesse sentido;
 - c) Toma nota da intenção da Comissão de apresentar uma proposta de novo instrumento da UE para conceder aos Estados-Membros empréstimos caucionados pelo orçamento da UE no montante máximo de 150 mil milhões de euros, e convida o Conselho a analisar, com caráter de urgência, esta proposta;
 - d) Congratula-se com a recente carta da presidente do Grupo do Banco Europeu de Investimento e com os planos nela apresentados com vista a intensificar o seu apoio à indústria europeia de segurança e defesa, salvaguardando, ao mesmo tempo, as suas operações e a sua capacidade de financiamento, e exorta o Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento (BEI) a continuar urgentemente a adaptar as práticas do BEI em matéria de empréstimos à indústria da defesa, nomeadamente reavaliando a lista de atividades excluídas e aumentando o volume de financiamento disponível no domínio da segurança e da defesa;

- e) Sublinha a importância de mobilizar financiamento privado para a indústria da defesa e convida a Comissão a ponderar a adoção de medidas a este respeito, nomeadamente chamando a atenção dos investidores privados para a importância da indústria da defesa para a Europa em geral;
- f) Identifica a seguinte primeira lista de domínios de ação prioritários a nível da UE em matéria de capacidades, tendo em conta os ensinamentos retirados da guerra na Ucrânia, em conformidade com o trabalho já realizado no âmbito da Agência Europeia de Defesa e em plena coerência com a OTAN: defesa aérea e antimísseis; sistemas de artilharia, nomeadamente capacidades de ataque de precisão em profundidade; mísseis e munições; drones e sistemas antidrones; facilitadores estratégicos, inclusive em relação ao espaço e à proteção das infraestruturas críticas; mobilidade militar; ciberespaço; inteligência artificial e guerra eletrónica;
- g) Sublinha que a defesa de todas as fronteiras terrestres, aéreas e marítimas da UE contribui para a segurança da Europa no seu conjunto, em particular no que diz respeito à fronteira oriental da UE, tendo em conta as ameaças colocadas pela Rússia e pela Bielorrússia;
- h) Além disso, tendo em conta as ameaças para as restantes fronteiras da UE, salienta a importância da sua defesa;
- i) Salienta a importância de uma agregação mais sistemática da procura, da harmonização dos requisitos e da contratação pública conjunta, com o objetivo de reduzir os custos globais, assegurar a normalização e a interoperabilidade e proporcionar à indústria europeia, inclusive às PME e às empresas de média capitalização, maior previsibilidade, bem como de contribuir para um mercado eficiente da indústria da defesa que mobilize melhor os investimentos públicos e privados e assegure o acesso transfronteiriço às cadeias de abastecimento da defesa;
- j) Convida a Agência Europeia de Defesa a, com a alta representante, a Comissão e os Estados-Membros, analisar rapidamente os processos adequados para o efeito;

- k) Convida os legisladores a concluírem o mais rapidamente possível as negociações sobre o Programa da Indústria de Defesa Europeia (PIDEUR);
 - l) Sublinha a importância de continuar a apoiar a investigação, a inovação e o desenvolvimento através do Fundo Europeu de Defesa;
 - m) Exorta a Comissão e os legisladores a avançarem rapidamente com os trabalhos de simplificação do quadro jurídico e administrativo, em particular no que diz respeito aos contratos públicos, à cooperação industrial e aos requisitos de licenciamento e de comunicação de informações, a fim de eliminar todos os obstáculos e estrangulamentos que dificultam uma rápida expansão da indústria da defesa, inclusive no que respeita às PME e às empresas de média capitalização. Neste contexto, o Conselho Europeu convida a Comissão a dar prioridade a um pacote *omnibus* de simplificação específico para a defesa.
7. O Conselho Europeu recorda igualmente que uma União Europeia mais forte e mais capaz no domínio da segurança e da defesa contribuirá positivamente para a segurança mundial e transatlântica e é complementar da OTAN, que, para os Estados que são membros desta organização, continua a ser a base da sua defesa coletiva. Convida os Estados-Membros que são também membros da OTAN a coordenarem-se antes da Cimeira da OTAN de junho de 2025. O Conselho Europeu sublinha a importância de trabalhar em conjunto com os parceiros não pertencentes à UE animados do mesmo espírito.

8. O que precede não prejudica o caráter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros, e tem em conta os interesses de todos os Estados-Membros em matéria de segurança e defesa, em conformidade com os Tratados.
 9. O Conselho Europeu aguarda com expectativa o Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia, incluindo os novos elementos e opções que este apresentar com vista a impulsionar substancialmente o financiamento da defesa europeia e a fortalecer a base tecnológica e industrial de defesa europeia.
 10. O Conselho Europeu voltará a abordar esta questão nas suas reuniões de março e junho.
-